



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 053/2024

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de **administração, fornecimento e gerenciamento de cartão eletrônico-magnético com chip de segurança e senha individual**, em PVC, para recarga mensal do auxílio alimentação dos agentes públicos do Município de São Geraldo/MG, visando o atendimento da Lei Municipal nº 1.648, de 1º de julho de 2011 e suas alterações.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021)

A presente contratação fundamenta-se na necessidade de viabilizar o fornecimento do auxílio alimentação para os agentes públicos do Município de São Geraldo/MG, por meio de cartão eletrônico. Esse auxílio prestado possui característica exclusivamente alimentar, sendo imprescindível a sua manutenção. Assim, como forma de viabilizar os referidos créditos alimentares aos agentes públicos, que não seja em pecúnia, o Município necessita contratar empresa especializada para fornecimento e gestão de cartões magnéticos (com chip de segurança).

Trata-se de auxílio alimentação, devidamente previsto na Lei Municipal nº 1.648, de 1º de julho de 2011 e suas alterações, a ser utilizado pelos agentes públicos do Município de São Geraldo/MG, devendo a Administração Municipal promover os meios necessários para operacionalização e fornecimento do cartão alimentação, observado que, a inclusão do auxílio na folha de pagamento retira o caráter não pecuniário do auxílio alimentação, além de possuir a possibilidade de não destinação a alimentação do agente público, além de não promover o desenvolvimento econômico local, conforme previsto na norma supracitada.

A solução obtida pelo Município, com a contratação de empresa especializada no objeto, obtém celeridade ao fornecimento do auxílio alimentação, bem como aos trâmites administrativos, além de cumprir a devida imposição legal.

O objeto possui natureza continuada, observado seu impacto institucional.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

A não elaboração do Plano Anual de Contratações (PCA) para o ano 2024 decorre das circunstâncias excepcionais que inviabilizaram a conclusão do plano no prazo estabelecido, conforme estipulado no Art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021. Comprometemo-nos a fornecer informações detalhadas sobre as contratações realizadas e a programação de futuras contratações, reafirmando nosso compromisso com a transparência e princípios legais de gestão pública.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Fundamentação: Descrição dos Requisitos Necessários e Suficientes à Escolha da Solução

De acordo com o inciso III do § 1º do artigo 18 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a escolha de soluções para a execução de contratos administrativos deve ser fundamentada, detalhando os requisitos necessários e suficientes para a seleção da proposta mais vantajosa. Neste contexto, o objeto da licitação é Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de **administração, fornecimento e gerenciamento de cartão eletrônico-magnético com chip de segurança e senha individual**, em PVC, para recarga mensal do auxílio alimentação dos agentes públicos do Município de São Geraldo/MG, visando o atendimento da Lei Municipal nº 1.648, de 1º de julho de 2011 e suas alterações.

Capacidade Técnica

Experiência Comprovada: A empresa licitante deve demonstrar experiência prévia no fornecimento e gestão de cartão alimentação, preferencialmente em contextos governamentais ou de grandes corporações, evidenciando capacidade de gestão eficiente e segura.

Capacidade Financeira

Solvência Financeira: A instituição deve apresentar solidez financeira, comprovada por meio de certidão negativa de falência e concordata da sede da licitante, demonstrando possuir capacidade de cumprir as obrigações financeiras assumidas no contrato.

Proposta Financeira: Apresentação de proposta financeira competitiva que demonstre o benefício econômico para a administração pública, considerando o valor da concessão onerosa de uso e as condições de pagamento.

Conformidade Legal e Regularidade Fiscal

Regularidade Fiscal e Trabalhista: A instituição deve estar em dia com suas obrigações fiscais e trabalhistas, comprovadas por meio de certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

Conformidade com Normas Legais: Estar em conformidade com as normas e regulamentos dos órgãos reguladores, garantindo a legalidade de suas operações.

Qualidade do Serviço

Segurança dos dados: A empresa licitante deverá garantir a segurança dos dados pessoais e financeiros dos beneficiários do cartão alimentação, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados;

Ampla rede de estabelecimentos conveniados: O cartão alimentação deve ser aceito em uma ampla rede de estabelecimentos comerciais que vendam produtos alimentícios, garantindo fácil acesso aos agentes públicos;

Suporte ao cliente: A empresa licitante deve fornecer bom suporte ao usuário, com canal de comunicação eficiente para solucionar dúvidas, problemas ou reclamações dos agentes públicos;

Conformidade regulatória e legal: A empresa deve cumprir todas as regulamentações e leis aplicáveis relacionadas ao cartão alimentação, incluindo questões fiscais e trabalhista;

Experiência e reputação da empresa: É importante considerar a reputação e a experiência da empresa no fornecimento e gerenciamento de cartões alimentação, por meio do atestado de capacidade técnica;

As demais normas aplicáveis a boa execução do serviço.

Compromisso com a Inovação



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



Inovação Tecnológica: Compromisso com a busca contínua por soluções inovadoras que otimizem a gestão dos cartões alimentação, incluindo automações e funcionalidades que agreguem valor ao serviço prestado.

A seleção de empresa que melhor atenda a estes requisitos, apresentando a maior oferta dentro das condições estabelecidas, reflete a busca pela maximização da eficiência e eficácia na gestão pública dos recursos, alinhada aos princípios da Lei nº 14.133/2021. Este processo se baseia na transparência, na obtenção da proposta mais vantajosa para a administração e no estrito cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Fundamentação: Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Conforme determina o inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a administração pública, ao planejar contratações, deve realizar uma estimativa cuidadosa das quantidades a serem contratadas. Esta estimativa deve ser acompanhada de memórias de cálculo e de documentos que lhe confirmam suporte, considerando as interdependências com outras contratações para possibilitar economias de escala.

No contexto da seleção de uma empresa para o fornecimento e gestão de cartão alimentação aos servidores, a estimativa das quantidades contratadas assume uma dimensão complexa e multidimensional, abarcando diversos fatores:

Volume de Transações

Número de Servidores: Estimativa do total de servidores ativos e beneficiários do benefício previsto em lei, bem como sua flutuação.

Frequência de Pagamentos: Mensalidade do pagamento.

Serviços de Crédito: Projeção da demanda por serviços de recarga de créditos, bem como a possível alteração nos valores pagos aos agentes públicos do Município.

Histórico de Pagamentos: Análise dos volumes transacionados nos últimos anos para prever o crescimento orgânico do número de servidores e ajustes salariais.

Projeção de Crescimento do Quadro de Servidores: Consideração de planos de expansão do quadro de servidores e de reajustes dos benefícios.

Esta abordagem estratégica não apenas assegura o atendimento das necessidades da administração pública de maneira eficaz e eficiente mas também promove a utilização ótima dos recursos públicos, em conformidade com os princípios estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Conforme estabelecido pelo inciso V do § 1º do artigo 18 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o planejamento para contratações públicas deve incluir um levantamento de mercado detalhado. Este levantamento visa analisar as alternativas disponíveis e fornecer uma justificativa técnica e econômica robusta para a escolha do tipo de solução a ser contratada. Especificamente, este processo deve:

a) Consideração de Contratações Similares

Análise Comparativa: Deve-se analisar contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades públicas para identificar as melhores práticas, inovações tecnológicas, metodologias eficazes, e soluções que possam atender de maneira otimizada às necessidades da administração.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



Benchmarking: Realizar um benchmarking para compreender os padrões de mercado, os custos envolvidos, as condições contratuais favoráveis, e as soluções tecnológicas mais avançadas.

b) Consulta Pública e Diálogo com Potenciais Contratadas

Diálogo Transparente: Promover diálogos com potenciais contratadas permite à administração entender melhor as capacidades do mercado, as limitações existentes e as possibilidades de customização de soluções para atender às necessidades específicas da administração.

Justificativa Técnica e Econômica

Após a realização do levantamento de mercado, a administração deve elaborar uma justificativa técnica e econômica detalhada, que inclua:

Análise de Custo-Benefício: Avaliação dos custos associados às diversas soluções identificadas, em comparação com os benefícios que cada uma pode trazer em termos de eficiência operacional, qualidade do serviço, e inovação tecnológica.

Viabilidade Técnica: Análise da compatibilidade das soluções com a infraestrutura existente, os requisitos técnicos específicos, e a capacidade de integração com sistemas e processos já em uso pela administração.

Sustentabilidade: Consideração de aspectos relacionados à sustentabilidade das soluções propostas, incluindo impactos ambientais, sociais e de longo prazo.

O levantamento de mercado, seguido de uma justificativa técnica e econômica criteriosa, é fundamental para assegurar que a escolha do tipo de solução a contratar esteja alinhada com as melhores práticas, promova a eficiência da gestão pública e resulte na alocação otimizada dos recursos disponíveis. Esta abordagem, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, garante a transparência, a competitividade e a obtenção do valor mais vantajoso para a administração pública.

6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (art. 18, inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21).

Conforme o inciso VI do § 1º da Lei nº 14.133/21, o Município de São Geraldo-MG realizou pesquisa de mercado (Documento arrolado aos autos do Processo) para determinar o valor estimado para a contratação de empresa, com o objetivo de fornecer e gerir os cartões alimentação dos agentes públicos. O valor estimado anual, definido após análise de preços com instituições de mesmo segmento de mercado, reflete as expectativas de qualidade e eficiência desejadas. Documentos de suporte à estimativa podem ser mantidos em sigilo até a conclusão da licitação, assegurando a integridade do processo e condições equitativas para todos os participantes, alinhando-se aos preceitos de transparência e legalidade.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Em observância ao inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, esta fundamentação detalha a solução contratada em sua totalidade, abrangendo não apenas as especificações técnicas e funcionais do serviço mas também as obrigações relacionadas à manutenção e assistência técnica necessárias para garantir a continuidade e a eficácia da solução ao longo do tempo.

A descrição da solução como um todo, abrange os serviços continuados de uma administração, como o fornecimento e gerenciamento de cartão eletrônico-magnético com chip de segurança e senha individual, em PVC, para recarga mensal do auxílio alimentação dos agentes públicos municipais, visando à aquisição de gêneros alimentícios em estabelecimentos credenciados.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



O auxílio alimentação é um benefício de caráter indenizatório concedidos aos agentes públicos com a finalidade de subsidiar despesas com gêneros alimentícios, proporcionando uma melhor qualidade de vida, garantindo que eles tenham acesso a uma alimentação adequada, além de estimular a produtividade e satisfação no trabalho. Será fornecido mensalmente por meio de créditos, a serem disponibilizados em cartão eletrônico com senha numérica e individual, dotados de microprocessador com chip de segurança para validação de transação.

A empresa contratada deverá prestar os serviços de administração, gerenciamento e fornecimento do auxílio alimentação, por meio de cartões eletrônicos-magnéticos, com chip de segurança, e recargas mensais de acordo com os valores pré-determinados pelo Município.

Os cartões eletrônicos deverão ter senha individualizada, a ser entregues em envelopes lacrados com manual básico de utilização e o cartão bloqueado. O desbloqueio dos cartões deverá ser feito através de central de atendimento telefônico ou por outro sistema eletrônico/digital.

A empresa contratada deverá entregar os cartões personalizados com nome do beneficiário, razão social da Prefeitura Municipal de São Geraldo/MG, numeração de identificação sequencial e de controle individual; e nome, endereço e CNPJ da empresa contratada.

Os cartões magnéticos serão recarregados mensalmente com a importância de R\$ 120,00 (cento e vinte reais), podendo ser alterado mediante ato legal.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VII da Portaria Municipal nº 31/2023).

O objeto a ser contratado é composto por itens que não podem ser dissociados, sendo optado pelo valor global.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Em conformidade com o inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, este documento delinea os resultados que se pretende alcançar através da contratação proposta, destacando a busca pela economicidade e pelo melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. Adicionalmente, estabelece-se como meta a promoção da efetividade e do desenvolvimento nacional sustentável.

Neste contexto, a terceirização do cartão alimentação, atinge os resultados pretendidos em lei, já anteriormente citados, como a garantia da utilização do auxílio em gêneros alimentícios e o atendimento ao desenvolvimento econômico local.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Integração com Sistemas de RH: Avaliação das necessidades de integração com sistemas de gestão de recursos humanos já contratados ou a serem contratados, otimizando processos e reduzindo custos.

Serviços de Tecnologia: Consideração das contratações de serviços de tecnologia que podem impactar ou ser impactados pela gestão da folha de pagamento, como segurança da informação, portabilidade de contas e armazenamento de dados.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Em observância ao inciso XI do § 1º do artigo 18 da Lei nº 14.133/2021, cumpre-nos informar que, após uma análise detalhada do escopo e das necessidades específicas da contratação em questão, concluiu-se que não existem contratações correlatas e/ou interdependentes a serem consideradas. Esta decisão baseia-se na



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



avaliação de que a natureza e os requisitos do serviço contratado são autossuficientes e não requerem a execução conjunta ou a dependência de outros contratos ou serviços externos para a sua efetiva implementação e funcionamento. Assim, este processo de contratação mantém-se focado exclusivamente no objeto principal, garantindo clareza e eficiência na gestão e execução do mesmo.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Após uma minuciosa análise e avaliação conduzida no contexto da presente contratação, conforme orienta o inciso XII do § 1º do artigo 18 da Lei nº 14.133/2021, verificou-se que a execução deste contrato não acarretará impactos ambientais significativos. Esta conclusão decorre da natureza específica do serviço contratado, que, por suas características, não demanda o consumo intensivo de energia ou de outros recursos naturais, nem envolve processos que resultem na geração de bens ou refugos passíveis de logística reversa para desfazimento e reciclagem. Assim, confirmamos a ausência de impactos ambientais diretos decorrentes da implementação e operacionalização do serviço em questão, reiterando nosso compromisso com a sustentabilidade e a proteção ambiental.

13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Diante do exposto, a contratação do serviço pretendido mostra-se dotada de viabilidade técnica, operacional e orçamentária, estando também adequada à necessidade identificada na demanda de contratação.

São Geraldo/MG, 03 de maio de 2024.

Jander Jossue Lima Silva
Secretaria Municipal de Administração e Planejamento